

RENEGOCIAR A DÍVIDA SEM ROMPER COM O F.M.I.?

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 04.08.1984

Há uma grande confusão sobre qual será a política do futuro governo Tancredo Neves com relação à dívida externa e ao Fundo Monetário Internacional. A imprensa tem veiculado a idéia de que haveria uma discordância básica entre “os economistas do PMDB”, que pretendiam o rompimento com o FMI, e os economistas e empresários da Frente Liberal que seriam contrários a esse rompimento. Por outro lado, entre os itens preliminarmente acordados entre o governador Tancredo Neves, o deputado Ulisses Guimarães e a Frente Liberal constam a retomada do desenvolvimento e a renegociação da dívida brasileira para torná-la compatível com essa retomada sem rompimento com o FMI.

Provavelmente existem divergências entre os economistas sobre como o Brasil deve relacionar-se com o Fundo. Não apenas entre economistas do PMDB e da Frente, mas também entre os próprios economistas do PMDB. A colocação do programa mínimo, entretanto, excluindo a idéia de rompimento com o FMI, mas afirmando a necessidade de renegociação da dívida e subordinando essa renegociação à retomada do desenvolvimento, é bastante feliz. Conforme afirmou o governador de Minas Gerais, “rompimento com o FMI é uma tolice. O fato de pertencer ao Fundo não significa que sejamos obrigados a aceitar todas as suas diretrizes, todas as suas imposições”.

O compromisso fundamental do futuro governo Tancredo Neves com a Nação Brasileira, no plano econômico, é a retomada do desenvolvimento sem maior concentração de renda e a adoção de um plano de emergência que minore a curto prazo o problema da fome e do desemprego das populações mais carentes. Ora, para cumprir es-se compromisso, os acordos com o FMI deverão muito provavelmente ser revistos. Esta revisão só não será

necessária na hipótese improvável de as exportações brasileiras manterem uma taxa de crescimento anual em torno de 20%.

O Brasil precisa crescer no mínimo no mínimo 6% nos próximos anos a fim de reduzir o desemprego. Para crescer a essa taxa, precisará aumentar suas importações entre 11 e 12% ao ano. Por outro lado, o FMI pretende que o Brasil zere sua balança de conta corrente em 1987 ou 1988. Para viabilizar esse objetivo e, portanto manter os acordos com o FMI será necessário alcançar superávits comerciais crescentes. E para isto temos duas alternativas: ou o Brasil continua a aumentar suas exportações à taxa de 20%, podendo assim aumentar suas importações em 12%, e crescer a 6%; ou o Brasil, não conseguindo aquele êxito nas exportações, mantém a economia em recessão, e assim não aumenta suas importações. Como a probabilidade de que o Brasil continue a aumentar suas exportações à mesma taxa do primeiro semestre de 1984 (20% ao ano) é mínima, caímos na segunda alternativa, ou seja, na manutenção da recessão ou de taxas de crescimento absolutamente insuficientes, caso mantenhemos os atuais acordos com o FMI.

Não restará, portanto, outra alternativa ao futuro governo Tancredo Neves senão a renegociação da dívida, abandonando-se o objetivo de zerar conta corrente em 1987 ou 1988. Deveremos nos comprometer com superávits comerciais menores e, portanto, precisaremos mais prazos, mais “dinheiro novo” emprestado pelos bancos internacionais e taxas de juros menores.

Para isto não há necessidade de romper com quem quer que seja. Basta discutir com o FMI e com os bancos internacionais sobre qual o superávit comercial compatível com o crescimento do Brasil a uma taxa de 6%. Na condição de nação soberana, o Brasil definirá esse superávit, que não poderá nunca ser inferior a 6 bilhões de dólares, e estabelecerá quanto de “dinheiro novo” os bancos deverão aportar ao Brasil para que possamos devolvê-lo através do pagamento de parte dos juros vencidos. Caso os credores não concordem, não restará outra alternativa ao Brasil senão proceder a capitalização forçada dos juros.

Em qualquer hipótese não será o Brasil que romperá com o FMI e os credores. O futuro governo Tancredo Neves estabelecerá as condições mínimas para a renegociação. Se estas condições não forem satisfatórias para os credores e o FMI, caberá a eles a decisão de romper com o Brasil. É pouco provável, entretanto, que tomem semelhante decisão, já que, de um lado, estão esperando uma atitude mais enérgica do novo governo, e, de outro, porque seus interesses comuns com o Brasil são muito grandes. (04/08)